

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CMP –

PATERNIDADE ATIVA E SAÚDE DO HOMEM

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Petrópolis, situada na Rua Visconde de Mauá, número oitenta e nove, no Centro de Petrópolis, o vereador Yuri Moura presidiu e deu início à Audiência Pública que abordou a paternidade ativa e saúde do homem. O vereador Yuri Moura explicou que o tema é um dos eixos da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem e é importantíssimo não só para uma maior responsabilização dos companheiros durante todo o pré-natal, gestação, puerpério, e cuidado com os próprios filhos, mas também como porta de entrada para que os homens possam ter uma proteção de saúde maior. Sendo assim agradeceu aos profissionais e ao quadro técnico da Secretaria de Saúde presentes, assim como todos os convidados que irão compor a mesa. Chamou primeiro a Sra. Maria Eduarda Pozzato, Coordenadora da Área Técnica de Saúde do Homem, da Secretaria Municipal de Saúde, depois a Sra. Daniela Brun, que faz parte da equipe do mandato, em seguida Sra. Patrícia Pereira Ramos Rodrigues, Coordenadora Geral das Áreas Técnicas da Secretaria de Saúde, Sra. Daina Aparecida de Carvalho Gomes, Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher, Sra. Aline Furtado da Rosa, Enfermeira responsável pela saúde da mulher no Ambulatório Escola, Sra. Claudia Carvalho Respeita da Mota, Superintendente de Atenção à Saúde, Sr. Phelipe Branco Mota, pai e engenheiro, Sra. Daniela Freitas, membro do grupo Reage Mãe. O vereador Yuri Moura informou que participaram da audiência, de forma online, a Deputada Federal Thalíria Petrone e Sergio Carolino, pai e criador de conteúdo sobre o tema paternidade. Explicou que a audiência surgiu da percepção da pouca participação dos homens no pré-natal. Em seguida a Sra. Maria Eduarda iniciou uma apresentação, disse que a saúde do homem tem sido um desafio no município de Petrópolis, mas que há avanços, e explicou que existem nove pastas dentro da área técnica de saúde do homem, que são linhas de cuidado em benefício da população. Explicou também como é a política nacional de atenção integral à saúde do homem (PNAISH), que é regulamentada através do anexo XII da Portaria de Consolidação nº 2, 28/09/17 e que tem como diretriz promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e políticoeconômicos, respeitando os níveis de desenvolvimento e organização dos sistemas locais de saúde e tipos de gestão de Estados e Municípios. Frisou que o objetivo é ampliar o acesso da população masculina na atenção primária, traçando modos efetivos para evitar a mortalidade dessa população e a melhoria da qualidade de vida desse homem. Disse também que tem como diretriz principal a promoção de saúde da população de 20 a 59 anos, que é mais vulnerável, com mais DSTs, causas externas, assuntos que precisam ser abordados nessa faixa etária. Informou que o município trabalha com cinco eixos: acesso e acolhimento; doenças prevalentes na população masculina; prevenção de violência e acidentes; paternidade e cuidado; e saúde reprodutiva, mas que o tema hoje seria paternidade e cuidado que é uma política de saúde para o envolvimento dos pais nas questões de paternidade, cuidado, gênero e saúde. A Sra. Maria Eduarda também lembrou a ideia de que o homem deve participar, e que essa política não está relacionada ao fator

Y.M.


sanguíneo, biológico, mas também ao sócio afetivo, o cuidado que aquele o homem tem com a criança. Em seguida ela leu um trecho do documento da Instituição Promundo, intitulado “Paternidade, uma questão de equidade de gênero”, que informava que uma parcela significativa da população mundial continua acreditando que cuidar é uma qualidade feminina e uma responsabilidade prioritariamente das mulheres. Ela destacou que no Brasil onde a participação dos homens no cuidado das filhas e dos filhos se mantem fortemente atrelada ao papel do provedor, essa visão também é compartilhada por muitas pessoas, mas que felizmente, está seguindo um processo de reflexão e transformação que há anos já vem sendo trilhado pelas mulheres em relação à maternidade, um número cada vez maior de homens tem vivenciado a paternidade de forma mais livre e diversa. No entanto, como em toda mudança cultural, seus reflexos não são imediatos nem sentidos igualmente por toda a população. Assim, tudo indica que essa emergente “nova paternidade” continuará convivendo com visões mais conservadoras do que é “ser um pai” por muitos anos. Informou que em 2016 o Brasil se tornou um dos países com maior destaque no campo da paternidade e que a partir dos anos 2000 outras instituições governamentais como secretarias de saúde e o próprio ministério da saúde, passaram a dar mais atenção ao assunto, contribuindo de forma determinante para a expansão do debate. No entanto, apesar da maior visibilidade e a despeito do que está escrito em nossos marcos legais, a cobrança pelo cuidado das crianças continua recaindo sobre as mulheres. Explicou então o que é o eixo paternidade e cuidado, que é o principal eixo, e que tem como objetivo estabelecer uma cultura de mão dupla entre os homens à medida que estimula um maior envolvimento com o processo de gestação, parto, pós parto e cuidados infantis e ao mesmo tempo em que atua como uma porta de entrada positiva para os homens em serviços de saúde. Explicou que em Petrópolis é nesse processo, do pré-natal, que os homens se sentem mais à vontade para acessar os serviços de saúde, pois quando se sentem responsáveis por uma criança, se sentem mais seguros em fazer exames. Destacou que uma das estratégias mais recentes do PNAISH é o pré-natal do parceiro, que visa sensibilizar gestores e profissionais da saúde para a importância do envolvimento dos homens em todas as ações voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos e aos cuidados posteriores com o crescimento e desenvolvimento das crianças. Em Petrópolis todas as unidades de atenção básica e o ambulatório escola fazem o pré-natal do parceiro com o objetivo de trazer esse homem para a atenção básica e também fortalecer essa junção pai, mãe e filho e de cuidador. A Sra. Maria Eduarda apresentou então um passo a passo de como é esse eixo, sendo o primeiro, incentivar a participação do parceiro ou futuro pai nas consultas nas consultas de pré-natal e atividades educativas, onde poderá tirar dúvidas e se preparar adequadamente para exercer o seu papel durante a gestação, parto e pós-parto. O segundo é explicar a importância e ofertar a realização de alguns exames de rotina, como o teste de VDRL para detecção de sífilis, pesquisa de anticorpos Anto-HIV-1 e HIV-2, dosagem de glicose, aferição de pressão arterial e verificação de peso e cálculo do IMC. Ela contou que se percebe uma insegurança do pai em relação ao cuidado do filho, por exemplo, como trocar fralda, como vai ajudar a esposa, e que essas informações o pai tem acesso no pré-natal. Salientou que muitas vezes o parceiro não faz o exame de sífilis e a parceira vai sendo reinfectada e que muitos homens nunca passaram por uma consulta médica até esse o dia de ser pai e quando ele passa por esse pré-natal faz tudo que ele nunca fez e assim passa a se preocupar mais com o filho e a esposa quando descobre algum problema de saúde. Explicou então o passo 3, que



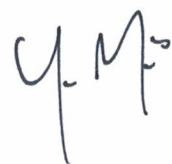
consiste em atualizar o cartão de vacinação do parceiro ou futuro pai conforme a situação vacinal encontrada. Já o quarto, disse que é para orientar os futuros pais sobre hábitos saudáveis e realizar palestras e rodas de conversa com temas variados, como por exemplo, a questão de gênero e seu impacto para as vidas de homens e mulheres. Explicou que passo 5 é para expor a relevância de participação do homem no pré-parto, parto e puerpério, falar dos benefícios que ele pode trazer e dar exemplos do que ele poderá fazer, como cortar o cordão umbilical, ter contato pele a pele com o/a bebê logo após o nascimento, incentivá-lo a ajudar com a amamentação, dividir todas as tarefas de cuidado. Lembrou que mês que vem acontece a campanha agosto dourado e junto dessa campanha haverá o mês da valorização à paternidade, e traz também o incentivo desse pai ao aleitamento materno. A Sra., Maria Eduarda mostrou um cartaz do Ministério da Saúde e informou que segundo uma pesquisa nacional de saúde (PNS) de 2019, do IBGE, 76,7% dos homens entrevistados afirmaram ter participado do acompanhamento pré-natal da parceira gestante. Do total de entrevistados, 19% realizaram os exames solicitados e 20% participaram de palestras, rodas de conversas e cursos sobre cuidados com o bebê e que significa que não participaram de todo o processo. Ressaltou que é preciso entender o porquê, que há vários motivos, como o trabalho e queé preciso sensibilizar os pais que trabalham. A Sra. Maria Eduarda também apresentou um quadro com a evolução do programa, informando o número de participantes no programa, sendo trinta e quatro pais em 2020, cento e cinquenta e seis em 2021 e noventa e dois até julho de 2022. Destacou que foi observado um avanço, mas é uma taxa de 11 por cento, o que ainda é muito baixo, comparado ao pré-natal da gestante. No slide seguinte explicou que as pesquisas mostram dados importantes sobre outros temas de grande relevância para o campo da paternidade e cuidado no Brasil, como a aplicação da lei 11.108, de 2005 – lei do acompanhante – que garante às parturientes o direito à um ou uma acompanhante de sua escolha durante todo o período de trabalho de pré-parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do SUS. Lembrou que o direito da gestante à presença de um/a acompanhante é uma das recomendações da OMS para a humanização do parto e nascimento, mas que nem sempre ela escolhe o parceiro, pode ser a mãe, a sogra, a amiga, a enfermeira. Explicou que diversos relatos científicos têm evidenciado que a presença de acompanhante durante o pré-parto, parto e pós-parto pode favorecer no processo fisiológico da parturiente diminuindo o período de internação e recuperação e aumentando a sensação de bem estar da mãe e do recém-nascido(a) e que nem sempre o parceiro se sente seguro, mas se ele for a primeira opção da mãe, as rodas de conversa colaboram para ele saber como pode ajudar a parceira. Saliou que isso influencia muito na vida da criança, na vida materna, tem um valor simbólico muito grande que em Petrópolis isso acontece tanto no privado quanto no público. A Sra. Maria Eduarda trouxe também dados do Instituto Promundo que constatou que apenas 41 por cento dos homens estavam na sala de parto no momento do nascimento e quando questionados porque não estavam ao lado da parceira durante o momento do parto, 24 por cento, em 2013, e 31 por cento, em 2016 afirmaram que o serviço de saúde não permitiu. Frisou que sabe que há certas condutas no setor de saúde, mas que a lei tem que ser cumprida. Esclarece que diante desses dados observa-se que é necessário uma qualificação de gestores e profissionais de saúde para implementar a Estratégia Pré-Natal do Parceiro e uma sensibilização da população sobre o assunto, o que pode contribuir significativamente para um aumento dos vínculos entre pai, mãe e filhos/os; pode prevenir ou diminuir a prevenção a transmissão de



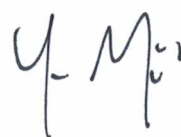
DSTS/HIV; amplia e melhora o acesso e o acolhimento dos homens nos serviços de saúde: diminui os índices de morbimortalidade da população masculina e, ao mesmo tempo, para promover a equidade de gênero. Explicou que em Petrópolis esta estrutura tem sido feita, que o pré-natal é uma consulta muito longa, mas promove o benefício e qualidade no serviço, e que a política de licença paternidade brasileira segue o modelo de vários outros países da América Latina. Ou seja, licenças de curta duração com todos os direitos e ganhos garantidos durante o período. Informou que, atualmente, há poucas estimativas confiáveis sobre o percentual de pais que tiram a licença paternidade no Brasil, mas que a participação das mulheres na força de trabalho é altamente dependente das políticas de licenças e na medida em que os homens tiram a licença paternidade, o crescimento econômico continuado do Brasil também está fortemente vinculado à garantia de que os pais se sintam confiantes para tirar a sua licença e satisfazer seu desejo de envolverem na vida de seus filhos. Em seguida falou sobre o marco legal da primeira infância, lei 13.257, sancionado em 08 de março de 2016 e que dentre as medidas voltadas aos homens/pais, destaca-se a ampliação da licença paternidade por mais 15 dias, além dos cinco já assegurados. Essa ampliação foi garantida a partir da alteração da lei 11.770/08 que criou o programa empresa cidadã e em sua origem já contemplava a possibilidade de acréscimo de dois meses à licença maternidade. Também esclareceu que há outras medidas que incentivam maior participação paterna dentro do texto do marco legal que estão no artigo 37 e que confere aos pais o direito de até dois dias para acompanhar consultas médicas e demais exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira e um dia por ano para acompanhar filho de até 6 anos em consulta médica. Apresentou um cartaz do Ministério da Saúde para conscientizar sobre esses direitos. Informou que em Petrópolis existem empresas que participam do programa empresa cidadã, mas que nem sempre essas informações são passadas de forma correta para o trabalhador e frisou que mesmo que todas as empresas participem do programa haverá um significativo número de homens que trabalham na informalidade e não terão acesso a esses benefícios. Acredita que o ideal é que todos, formais ou não, possam usufruir desse direito. Mostrou fotos do ambulatório escola onde tem um grupo de gestantes e sempre há essa conexão com o parceiro; do café com os pais no hospital Alcides Carneiro, onde acontece uma roda de conversa para aprender, por exemplo, como trocar fraldas e também fotos das ações voltadas à paternidade ativa. Finalizou afirmando que as questões da paternidade ativa precisam avançar mais no município. O vereador Yuri Moura disse que ficou espantado com a disparidade dos números apresentados sobre a participação dos homens no pré-natal e também destacou a evolução dos dados desde 2020, acredita que isto seja por causa do monitoramento desta política pública em Petrópolis e propôs apresentar um projeto de lei para fazer um cadastro das empresas que participam do programa empresa cidadã, para dar incentivos fiscais para as empresas que ampliem essa lei federal para 30 dias de licença. O vereador Yuri Moura também irá apresentar outro projeto de lei que garanta esse direito aos servidores municipais e falou que os homens precisam deixar de achar que é fraqueza cuidar da saúde e do filho. Em seguida o vereador Yuri Moura chamou para compor a mesa Vinícius Ferreira, pai recente e jornalista, e passou a palavra para o vereador Mauro Peralta, presidente da comissão de saúde da Câmara, que ressaltou que o planejamento familiar também é uma questão do homem, pois é mais fácil fazer uma vasectomia do que uma ligadura e informou que há 98 por cento de cesáreas na rede conveniada e que isso não é bom nem para a mãe, nem para o filho. Ele



acredita que a participação do homem passa por muitas outras coisas e que às vezes o homem não participa das atividades por causa do horário, por estar trabalhando, e sugeriu que esse assunto fosse levado para a Educação. O vereador Mauro Peralta informou que a prefeitura não cumpre o artigo 168, sobre prevenção e realização de exames para o trabalhador, que o setor de medicina do trabalho da Prefeitura não funciona, e que a realização dos exames periódicos está prevista no estatuto dos servidores. Disse que esse programa demonstra o quanto o SUS é importante, mas que o parâmetro tem que ser mais amplo, público e privado e que a sociedade ainda acredita que o homem é o provedor. Em seguida o vereador Yuri Moura chamou a deputada federal Thalíria Petroni que enfatizou que o tema é fundamental para diminuir a desigualdade, que é preciso pensar na saúde integral a partir do SUS e que é urgente discutir a paternidade responsável. Afirmou que a sociedade está estruturada na desigualdade de gênero e que desde a infância meninos e meninas recebem papéis sociais entendidos como masculino e feminino e que percebe-se o constrangimento dos pais em dar uma boneca ou panelinha para o menino brincar porque entendem que é um papel feminino e que isso pode aparecer apenas uma diferença de como criar um menino e uma menina, mas ali na frente a ideia de que menina é responsável pelo cuidado vai gerar um entendimento que mais mães são responsáveis pelo cuidado e que a ideia de que menino não brinca com boneca, de panelinha, que menino não pode chorar, tem que ser durão, isso também vai gerar uma construção de um homem adulto que entende que não pode sentir, mas que pode controlar o corpo dessa mulher, violar essa mulher e que também não tem que se responsabilizar pelos cuidados da casa, do lar. Informou que há hoje 11 milhões de mães solo no Brasil, num cenário de 33 milhões de famintos e metade da população com algum grau de insegurança alimentar, além do desemprego, da informalidade e percebe-se ao ver os dados a sobrecarga e uma vulnerabilidade muito grande da mulher, principalmente a negra e mãe solo, responsável pelo lar. Disse também que há relatos de violência doméstica porque os homens perderam a capacidade de sustentar seu lar e isso gera conflito porque ele perde o que ele acha que é sua única tarefa. Destacou que é preciso pensar que a desigualdade de gênero é estrutural, passa pela criação do menino e da menina, como a escola encara os papéis de gênero, é preciso desconstruir, que discutir gênero na escola não é discutir sexo, discutir gênero é mostrar que os meninos não devem só ajudar, mas compartilhar o cuidado e que é preciso políticas públicas que enfrentem essa lógica cultural, que enfrentem a desigualdade de gênero, porque isso pode gerar um abuso, um feminicídio. Enfatizou que é preciso ter políticas públicas que ensinem sobre desigualdade. Informou que apresentou o PL que institui a licença parental no Brasil e que é fundamental porque na lógica, a mãe tem sobrecarga e não é entendido como trabalho, além disso tem a exclusão das famílias que não são só homem e mulher. Frisou que o município, o Estado, precisam se responsabilizar por tarefas que recaem sobre o trabalho doméstico, por exemplo, adotando políticas de lavanderia coletiva, cozinha comunitária e outras formas de pensar o orçamento do Município que coletivize e que também é preciso políticas que fortaleçam aqueles que exercem a paternidade responsável. Destacou que é necessário fortalecer as políticas do interior, onde há mais desigualdade, e as políticas federais que podem se desdobrar em municipais. O vereador Yuri Moura destacou que coletivizar o cuidado é algo urgente em nossa sociedade cada vez mais egoísta e vai de encontro ao bem comum. Em seguida passou a palavra para o vereador Domingos Protetor, membro da comissão de direitos humanos da Câmara, que

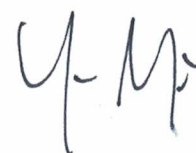


disse estar triste porque a plenária estava vazia com um assunto tão importante. Destacou que para muitos homens esse assunto é um tabu da masculinidade e que quando um homem compartilha com sua companheira, as pessoas estranham, falta muita educação. Ressaltou que o trabalho de conscientizar é importante e que culturalmente dizem que a mulher é o sexo frágil, mas ele acha o contrário porque o homem é covarde em tudo que faz da saúde, evita situações de saúde pública por medo e que por isso mais viúvas do que viúvos por causa da covardia do homem em procurar médico e prejudica até a própria companheira. Passou então a palavra para Patrícia Ramos, Coordenadora da Área Técnica da Saúde que relatou que existe também uma fragilidade dos profissionais de saúde na gestão, mas que está tentando promover e construir saúde em Petrópolis. Destacou que trabalhar em saúde no Brasil e no SUS é um desafio muito grande que às vezes o profissional de saúde pensa até em desistir, mas quando a percebe que a população necessita do seu empenho, é o que incentiva não desistir. Informou que há profissionais habilitados nas áreas técnicas do Município, áreas técnicas que se interagem, porque trabalham ciclo de gênero e que objetivo é promover saúde de forma que o usuário passe por todo o cuidado, desde a atenção primária a alta complexidade, de uma maneira eficaz. Acredita que ter o poder legislativo como aliado é muito importante, pois essa é uma política nova que em Petrópolis começou em 2020, porque ainda não tinha profissional habilitado. Salientou que frequentar uma área de saúde não é só coisa de mulher ou de pessoa idosa e que quando se consegue passar a mensagem de que o homem precisa desse cuidado e ele procura o cuidado, esse é o nosso objetivo. Enfatizou que o setor precisa de parceria, por que sozinho não é possível ter êxito. O vereador Yuri Moura disse que tentará emendas para o suporte orçamentário do SUS e que entende a dificuldade orçamentária de quem trabalha com prevenção. Em seguida Phelipe Franco Mota, pai e engenheiro, deu seu relato e disse que o problema é a falta de conscientização, convencer os pais, que não cuidam de si e nem dos filhos. Informou que até abril 57000 crianças não tiveram o registro dos pais no cartório e que isso é um problema antigo. Ele acredita que não deveria precisar usar o termo paternidade e sim apenas paternidade por que ninguém fala maternidade ativa, mas entende que é uma forma de incentivar os pais. Contou que só ficou sabendo do programa quando teve seu primeiro filho pelo SUS e estranhou que fizeram perguntas para o pai, mas ao mesmo tempo achou extraordinário esse programa. Disse que o parto do segundo filho foi na rede particular e que lá não tem esse programa e sugeriu que município fizesse alguma ação para ter no particular. Falou também sobre planejamento familiar, da facilidade de o homem fazer vasectomia, comparado ao que a mulher tem que passar. Disse que optou pela vasectomia, algo que o SUS poderia incentivar, se o homem não quiser ter filhos. A Sra. Maria Eduarda comentou que ficou feliz e orgulhosa em saber que tem um pai que fala tudo que ela queria falar, que reconhecer essa questão é muito bom e que é preciso fortalecer isso no meio privado por que no particular às vezes a mulher nem recebe a caderneta de gestante do SUS. Disse que vai fazer um levantamento nas maternidades para comover esses gestores a incentivar o pré-natal dos parceiros e trazer materiais educativos para a população masculina. O vereador Yuri Moura fez comentários sobre a violência obstétrica, que há falta de conhecimento dos parceiros sobre a doula, que é um direito importante para evitar procedimentos ilegais e que faz a diferença. Em seguida Daiane Carvalho, Coordenadora da Área Técnica em Saúde da Mulher, explicou que as mulheres procuram mais pela assistência e que a maioria dos homens que vai ao atendimento é

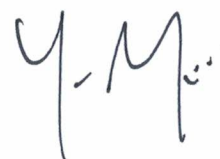


porque a mulher o levou e que no particular não tem esse acolhimento pelos médicos, mas sim pela enfermagem. Explicou que elaborou um projeto de plano de parto que será implementado na atenção básica, já no pré-natal, pois muitas das violências obstétricas que acontecem é porque as mulheres não sabem de seus direitos, é preciso abordar isso no pré-natal, junto com o parceiro ou acompanhante e o profissional de saúde. Em seguida Vinícius Ferreira, pai e jornalista, relatou que começou a pensar no assunto quando a esposa engravidou e para minimizar a carga dela, comecei a estudar, acompanhar ao médico e os procedimentos, aprendi o que não se deve fazer, como manobra de Kristeller e episiotomia, pensamos no plano de parto, quem pode ter acesso. Informou que a mãe tem direito a um acompanhante mesmo no período de covid e que tendo o acompanhante a mulher está mais segura, evita violências obstétricas ou casos hediondos, como o de estupro. Acredita que ser pai é dividir a responsabilidade por igual. Sugeriu ser criada uma Lei que garanta a presença do homem nas consultas em horários comerciais e acha 5 dias de licença pouco, porque esse início é muito intenso, consome muito a mulher. Disse que tenta diminuir a carga da esposa e que quando se tornou pai, começou a se cuidar e aproveitou para atualizar a caderneta de vacinação. Frisou que o homem precisa admitir sua fragilidade. O vereador Yuri Moura disse que é preciso pensar em um espaço para os homens discutirem paternidade e sugeriu participarem dos cafés. Em seguida Aline Furtado, enfermeira do Ambulatório Escola e responsável pela saúde da mulher disse que não é mãe e que esse não é seu lugar de fala, mas sim dos pais. Citou Cora Coralina que dizia que feliz é aquele que educa e ensina pelo exemplo e que ficou feliz porque ver os exemplos dos pais presentes, educando pelo exemplo. Informou que na Unifase temos um espaço que o Reage mãe também participa, para o pré-natal que já teve muito a participação dos pais, mas na pandemia diminuiu um pouco. Propôs fazer um encontro com pais e filhos para dar o exemplo. Disse para os pais que fizeram o relato que seus filhos serão homens que cuidam e serão cuidados. Destacou que há pais precisando dos filhos e deixou a reflexão: Será que cuidaram dos seus filhos? Ela concorda com o vereador Mauro Peralta que o horário para essa atividade realmente é ingrato e sugeriu abrir espaço em um horário no final da tarde, início da noite, e fazer um encontro para mostrar, que mesmo trabalhando, cumprindo com suas obrigações de sustento, como nós mulheres também, é possível participar. O vereador Yuri Moura concordou com a proposta do encontro e agradeceu a participação online de Alexandre Ambrósio. Luís Mazzi e João Batista que estão acompanhando pelo youtube. Em seguida a Sra. Daniela Freitas, do Reage Mãe, disse que a raiz do problema é que os homens são descontados em dias de trabalho, por isso não vão ao pré-natal, pois precisam garantir a ida da esposa, com o vale transporte e que declaração médica não é válida para abonarem a falta no trabalho. Disse que é necessária alguma ação nesta questão porque o acompanhante tem o dia descontado e isso pesa para quem já está em vulnerabilidade, e que às vezes podem até demitir. Destacou que por isso é preciso pensar em uma ação de cuidar, para poder cuidar e deu o exemplo da secretaria de saúde do Piauí que foi em busca das empresas para conscientizar sobre a lei. Sugeriu também ampliar os horários das consultas e promover capacitação nas empresas. Destacou que nem sempre nos postos de saúde, os pais são informados sobre o programa, por isso é importante capacitar os profissionais de saúde, para que os pais possam ter ampla participação nessas atividades. O vereador Yuri Moura registrou a proposta e disse que muitos pais não participam porque não querem mesmo, mas outros por questões práticas, mas que queriam participar, não


conseguem ir. A Sra., Maria Eduarda disse que o intuito da área técnica é fazer o levantamento das empresas e que nem sempre a empresa que tem o selo, sabe passar essa informação para os trabalhadores. Informou que nas UBS já existe o horário ampliado e que está tentando sensibilizar, mas existe a cultura de que homem não vai ao serviço de saúde. Disse que café com os pais no Alcides Carneiro está começando a ser traçado novamente e que antes da pandemia acontecia uma vez por mês. Passou a palavra para a Sra. Claudia Respeita, Superintendente de Atenção à Saúde que acredita que isso é uma construção coletiva e que na Fiocruz há o projeto “Nada por nós sem nós” que tem por objetivo discutir o tema com quem está participando e uma das atividades são os diagnósticos de enfermagem, para conhecer os problemas reais ou potenciais que as pessoas podem viver, são riscos ou enfrentamento aos problemas. Explicou que Paternidade e maternidade prejudicada, é um dos diagnósticos e que um estudo em Petrópolis com mais de 60 visitas domiciliares constatou os seguintes problemas que prejudicam a paternidade: separação dos pais, baixa escolaridade, baixa renda, família numerosa, aí entra a questão do planejamento familiar, gravidez na adolescência, pais adolescentes, criança com problema de saúde. Acredita que enquanto gestão de saúde é preciso organizar a política e a prática, como por exemplo o acesso ao serviço de saúde, horário expandido para facilitar o acesso, pelo menos uma vez por semana e terceiro turno para exames periódicos. Em seguida falou Daniela Brun sobre a importância para ela do companheiro durante suas gestações que foram difíceis, complicadas, adoeceu muito e disse que ter o companheiro junto foi importante, assim como a equipe de enfermagem, que é o diferencial, quem acolhe e tira todas as dúvidas. Disse que há uma estrutura que faz com que o homem não seja presente na criação dos filhos. Lembrou que profissões relacionadas ao cuidado, a maioria ainda são exercidas por mulheres. Contou que foi questionada do porquê o marido fez a vasectomia e não ela a ligadura e que ainda acham que a responsabilidade pela contracepção tem que ser da mulher. Disse que tem dois meninos e que responsabilidade passa pelo exemplo. Destacou que a ausência do pai no registro faz a maternidade solo ser muito difícil, solitária. Mostrou a foto do médico estuprador de uma paciente que estava fazendo uma cesariana e por isso a importância do acompanhante. Lembrou também direito à amamentação, do direito do contato pele a pele e que a mulher não pode ser sedada a ponto de não conseguir esse contato e nem de perceber um estupro, que neste caso precisou ser filmado, para ser denunciado e que tudo isso é uma violência de gênero por isso a necessidade de políticas públicas que garantam a segurança. Lembrou que Petrópolis tem uma lei que pune violência obstétrica e que parir é um direito, não podem empurrar cesariana e que é preciso divulgar os direitos e debater políticas públicas. Passou-se então para as falas da plenária. Caroline Abreu, assistente social, mãe e há 10 anos na vara da infância, juventude e do idoso relatou que vê todo o dia tudo isso que foi falado na audiência e que atende a famílias onde os pais foram penalizados, responsabilizados por negligência, supostas falhas no cuidado com os filhos. Destacou que disse supostas porque cabe a equipe de profissionais apurar o que realmente aconteceu e fornecer subsídios para o juiz. Frisou que é raro ver os homens sendo pais e que consegue estar na audiência porque o pai da sua filha fica com ela, mas isso não deveria ser um assombro, mas que como toda mulher se sente culpada por deixar a filha e que as mães que atende não tem esse privilégio de deixar com o pai e algumas crianças sequer tem o registro na certidão. Ressaltou que ser pai não é só pagar pensão. que há pais que acham que ajudam porque o juiz mandou, que não acha que é



sua obrigação, responsabilidade, ele não sabe o que é ser pai, não dá afeto. Explicou que muitas mulheres deixam os filhos para adoção porque não tem apoio dos pais e é um direito da mulher dar em adoção. Disse que a mulher é sempre cobrada para fazer o pré-natal e que quem cobra do pai também que é preciso ter corresponsabilidade, ser pai desde o início. Acredita que o pré-natal do homem é fundamental para atingir esses objetivos e que não é redundância falar de paternidade ativa. Depois a Sra. Juliana Cardoso, mãe e estudante de administração, falou da importância da doula durante o parto. Acredita que o pai precisa participar e que pai do seu filho foi ao pré-natal. Em seguida a Sra. Sidneia Esteves, estudante de psicologia e membro do Reage Mãe, disse que está vivendo um exemplo de paternidade com seu genro. Destacou a importância da doula e disse que se entristece ao ver mulheres sem orientação, sem acompanhante, sem médicos e que vivenciou os papéis tradicionais e acredita que é preciso resgatar o papel do pai, que deve estar em todos os momentos da gestação e criação para que quando crescer o filho seja um esposo como o pai trata a mãe e a menina quando crescer também não vai aceitar um esposo que não seja como o pai, que tratou bem a mãe. Acredita na construção de uma família saudável, onde todos dividem tudo e que pesquisa o quanto a falta da paternidade interfere nos problemas dos adolescentes. Destacou também que a paternidade foi terceirizada para as escolas e que a parceria entre pai e mãe traz segurança para as crianças. O vereador Yuri Mourad disse que acredita no compromisso coletivo e que Educação é obrigação do Estado e da família, está na lei, mas muitos pais deixam só para os professores e às vezes quem cobra é justamente aquele que não participa, que não cuida, delega para as escolas e não exerce sua obrigação. Ressaltou que se deve coletivizar as discussões e destacou que na audiência, por exemplo, não conseguiu trazer os pais para essa discussão porque várias situações inviabilizam. Em seguida passou a palavra para a Sra. Ana Carolina Cardoso, mãe e técnica em enfermagem, que relatou que na gravidez a mulher fica muito fragilizada, melancólica e Yuri foi muito companheiro, que ele alertou sobre a doula e o parto natural, me influenciou. Disse que a amamentação também foi difícil e que o companheiro foi importante para que ela não desistisse de amamentar. Salientou que às vezes uma mulher sofre violência obstétrica e nem sabe e perguntou à mesa se na segunda gestação o papel da doula é importante, se há alguma diferença e a Sra. Daniela Freitas respondeu que a importância é a mesma em todas as gestações. O vereador Yuri Moura passou então para os encaminhamentos. Informou que o mandato vai apresentar o texto de dois projetos de lei: o da ampliação da licença paternidade dos servidores do município e o de incentivo fiscal às empresas do cadastro empresa cidadã que ampliarem essa licença. Se comprometeu a contribuir com a área técnica na impressão de materiais informativos e irá apresentar emendas à lei orçamentária anual para as oito áreas técnicas. Propôs elaborar o cadastro das empresas cidadãs e ajudar na sensibilização do tema. Também irá realizar semana da paternidade ativa e contribuir para a atenção básica da saúde da mulher. Se comprometeu a pensar estratégias para o setor privado da saúde, como a entrega da caderneta do SUS, nas instituições privadas. Fazer ações para envolver pais nos cafés e rodas de conversa e avaliar a questão da declaração médica dos homens. Irá verificar o que pode ser feito na secretaria de saúde e também junto às empresas. A Sra. Daniela Freitas perguntou se os médicos são obrigados a dar essa declaração. A Sra. Maria Eduarda explicou que o médico deve dar o atestado de que o homem acompanhou a consulta, mas que o maior obstáculo são as empresas e que em Petrópolis os médicos e os enfermeiros dão atestado de que foram



no pré-natal. Sra. Aline Furtado explicou, então, que é uma declaração mesmo, não um atestado, pois atestado é para doença, e que a declaração é uma obrigação por lei, independente do tipo de consulta e que as empresas é que estão indo contra esse direito. A Sra. Daiane sugeriu reformular o que está escrito na declaração para ficar mais específico. O vereador Yuri Moura disponibilizou um canal de denúncias na Câmara para poder cobrar essa lei. A Sra. Claudia Respeita destacou que muitas vezes o pai não é descontado o dia, mas perde o prêmio da empresa, que às vezes, é uma cesta básica. A Sra. Daniele sugeriu pensar em uma forma dos pais que trabalham informal conseguirem participar sem perder o dia de trabalho. O vereador Yuri Moura irá solicitar ao cartório os dados de registros sem o nome do pai. Por fim, informou que a Comissão da Educação está iniciando um debate sobre os conteúdos da rede de ensino e vai verificar se há o tema planejamento familiar e se não tiver, solicitará fazer capacitação dos professores. Seguiu-se então para as considerações finais. Sra. Aline Furtado colocou-se à disposição para outros debates e para planejar um grande encontro com pais. Sra. Claudia Respeita destacou que é preciso melhorar a saúde da população com a participação da população. Sr. Philipe enfatizou a importância do terceiro turno para que os pais possam ir ao pré-natal e sugeriu já incluir no procedimento de atendimento a pergunta sobre qual o melhor turno para o casal, e que também fossem passadas no café mais informações sobre higiene do bebê. Sra. Patrícia reforçou o compromisso da área técnica em promover saúde de qualidade no município. Sra. Daiane ressaltou também a orientação dos trabalhadores sobre seus direitos, pois as empresas não informam, por exemplo, até quando o trabalhador deve fazer o cadastro para ter seus benefícios na empresa cidadã. Sra. Daniela Freitas destacou que as mulheres têm dificuldade de fazer o teste de DNA, não sabem como proceder, por isso não conseguem o registro. Sra. Caroline, da vara da Infância, explicou que devem ir à Defensoria Pública para garantir esse direito. Sr. Vinícius ressaltou que o processo de desconstrução do que é ser pai passa pelas políticas públicas e sugeriu fazer esse debate em outros meios de comunicação, como redes sociais, podcasts, para alcançar mais pais. Sra. Maria Eduarda disse que o profissional da saúde é resiliente, está sempre evoluindo e informou que dia 15 de julho, é o dia nacional do homem, e que dia 16, em Petrópolis, todas as unidades de saúde irão realizar atividades para a saúde do homem e o tema é “Cuidar é ter uma atitude” e convidou a todos os presentes. O vereador Yuri Moura concluiu dizendo que é preciso refletir sobre a masculinidade na forma contemporânea, pois a sociedade ainda é patriarcal e machista, tudo contra a paternidade responsável e ativa e que os homens continuam adoecendo mais, se matando mais, são os que menos se cuidam, não promovem o seu bem estar e nem o da família. Por isso a importância da parceria do legislativo com a sociedade civil. O vereador Yuri Moura agradeceu e declarou encerrada a referida Audiência Pública.



VEREADOR YURI MOURA